

## **A relevância de Marx em tempos de crise do capital:**

notas sobre a concepção teórico-metodológica marxiana

**Thais Soares Caramuru<sup>1</sup>**

### **Resumo**

As pesquisas na grande área das ciências sociais estão cada vez mais direcionadas a uma abordagem fragmentada e isolada dos processos e fenômenos, o que reflete uma visão de mundo funcional à reprodução da ordem burguesa. Este artigo teve como tema a problematização da concepção teórico-metodológica marxiana como melhor paradigma para compreender a realidade social contemporânea. O objetivo geral do texto foi propor uma reflexão acerca da relevância da perspectiva marxiana na produção de conhecimento e, como objetivo específico, pretendeu destacar as principais vantagens da tradição iniciada por Marx para compreensão da conjuntura de agudização da crise capitalista. Em última instância, observou-se que a visão marxiana, a partir da categoria da totalidade, exerce uma função social duplamente efetiva. Por um lado, permite a produção de um conhecimento que busca capturar a lógica integral da realidade e, por outro, admite a produção científica a serviço dos interesses da classe trabalhadora em tempos de barbárie.

**Palavras-chave:** Marxismo. Perspectiva teórico-metodológica. Crise do Capital.

## **The relevance of Marx under the auspices of capital crisis:**

notes about the Marxian theoretical-methodological perspective

### **Abstract**

The researches in the grand area of social sciences are frequently directed towards a fragmented and isolated approach of processes and events, which reflects a world view that favors the reproduction of the bourgeoisie order. This article had, as a theme, the problematization of the theoretical and methodological Marxian perspective as the best paradigm to understand contemporary social reality. The general aim was to suggest a reflection on the relevance of the Marxian perspective in the production of knowledge

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em Política Social pela Universidade de Brasília. Analista Técnica do quadro do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em exercício na Universidade Federal Fluminense.

and, as a specific aim, it intended to enhance the main advantages of the tradition initiated by Marx to comprehend the context of intense capitalist crisis. Ultimately, it was possible to observe that the Marxian view, in light of the category of totality, provides a dual social function. On the one hand, it allows the approach of knowledge directed towards understanding reality in an integral way and, on the other hand, admits the production of science on behalf of the interests of the working class in these barbaric times.

**Keywords:** Marxism. Theoretical and methodological perspective. Capital crisis.

## **Introdução**

As ciências sociais têm como objeto de estudo as sociedades humanas e as relações que nela se estabelecem. Nas últimas décadas, as pesquisas e as correntes de pensamento nessa área do conhecimento apresentam a tendência de priorizar, cada vez mais, uma abordagem fragmentadora e compartimentalizada da realidade social, a qual se caracteriza pelo isolamento dos fenômenos em relação ao restante do mundo objetivo.

Por seu turno, as relações sociais sob o modo de produção capitalista estão diretamente relacionadas às formas de acumulação adotadas pelo capital, de maneira que a análise da realidade social é indissociável do modo de sociabilidade predominante.

A quadra contemporânea do capitalismo tem como uma de suas determinações constitutivas a crise estrutural do capital, em uma conjuntura de decadência da ordem burguesa, cujas refrações atingem, de modo profundo, as condições de vida, trabalho e as relações sociais de produção no Brasil e no resto do mundo. Dessa maneira, as condições gerais de (re) produção do capitalismo e suas formas de dominação se constituem em elementos intrínsecos à realidade social e, portanto, devem ser consideradas no âmbito da produção científica relacionada às ciências sociais.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral propor uma reflexão acerca da relevância da perspectiva marxiana na produção de conhecimento, com enfoque na concepção teórico-metodológica que rege a obra de Karl Marx. De modo específico, pretende-se destacar as principais vantagens da tradição marxiana para a compreensão da realidade social diante do contexto de agudização da crise do capital e barbarização da vida da classe trabalhadora.

No que tange à exposição, este trabalho está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira está dedicada a uma breve

problematização acerca das condições contemporâneas da acumulação do capital, sob a égide da crise e do predomínio das perspectivas reducionistas nas ciências sociais. Na segunda parte, será feita uma abordagem acerca das determinações constitutivas da tradição teórico-metodológica marxiana e sua imprescindibilidade na atual conjuntura.

### **Crise do capital e a perspectiva fragmentadora das ciências sociais na contemporaneidade**

A segunda metade do século XX, mais precisamente o período entre 1950 a 1970, foi marcada por uma fase na qual os Estados capitalistas alcançaram um período de elevadas taxas de crescimento e o capital alcançou elevados patamares de lucro. Essa conjuntura produziu impactos sociais favoráveis nos países centrais, principalmente europeus, nos quais formaram-se as condições históricas específicas que possibilitaram o surgimento do assim chamado Estado Social, marcado por ampla legislação social e políticas garantidoras de direitos às classes trabalhadoras daqueles países.

A partir do final da década de 1960 e, principalmente, durante a década de 1970, o modelo de crescimento e acumulação adotado nos anos anteriores mostrava sinais de esgotamento, de maneira que o capital não mais conseguia alcançar taxas de lucro nos mesmos patamares. A partir de então, o capital e o modo capitalista de produção como um todo entraram em uma fase de crise estrutural.

No modo de produção capitalista, as crises não se constituem em fenômenos cíclicos, haja vista que estão vinculadas ao caráter contraditório e dinâmico do funcionamento da ordem burguesa. A contradição está relacionada a uma tendência de escassez da realização de mais-valia em relação ao capital antecipado, o que torna, cada vez mais difícil, a obtenção de rentabilidade e, por vias de consequência, a expansão da acumulação do capital, conforme sistematiza Montoro (2016):

as crises capitalistas não são uma questão simplesmente cíclica, mas sim que se vinculam com o caráter crescentemente contraditório do capitalismo. As crises só podem ser cabalmente compreendidas se são contextualizadas no marco das tendências gerais da acumulação capitalista, e, particularmente, em relação à lei da queda tendencial da taxa de lucros. (MONTORO, 2016, p. 146, tradução nossa).

De acordo com Mészáros (2009), no estágio contemporâneo, a crise tem início no começo da década de 1970 e tem caráter compressivo. Segundo o autor, a crise tem caráter universal, à medida que abrange todos os setores e atividades produtivas. Ademais, a crise tem alcance global, ou seja, não se restringe a um conjunto de países, e possui escala de tempo extensa e contínua. Portanto, trata-se de uma crise estrutural que afeta a totalidade do sistema social burguês e que define os limites da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2009).

Sob esse contexto, a resposta do capital à crise estrutural toma a forma do processo que Behring (2008) denomina uma ofensiva reacionária e conservadora contra a classe trabalhadora, a qual culmina em um recrudescimento da luta de classes, em uma deterioração fenomenal das condições de vida e trabalho no capitalismo e, contraditoriamente, na eclosão de detonadores da crise em intervalos de tempo cada vez menores.

Osorio (2019) assevera que, com o objetivo de fazer frente ao processo de crise e de queda tendencial de suas taxas de lucro, o capital, por um lado, engendra uma busca incessante por novos espaços de valorização e, por outro, busca a adoção de mecanismos — econômicos, sociais e produtivos — que visam ao aumento do grau de exploração da classe trabalhadora (OSORIO, 2019).

A materialização da ofensiva burguesa se deu, a partir da década de 1970, com a estruturação de um novo regime de acumulação que, no espaço produtivo, caracterizou-se pela transição do fordismo para um padrão de acumulação flexível e que, no plano teórico e ideológico, promoveu um reajustamento social e político sustentado pelos postulados do arcabouço teórico neoliberal. (HARVEY, 2005).

Particularmente no que tange aos postulados neoliberais, sua adoção promoveu a redefinição do Estado capitalista, no sentido de restringir as políticas e recursos que beneficiam a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, ampliar o impulso estatal à reprodução do capital. Para Brunhoff *et al.* (2010), o neoliberalismo não implicou a retração da atividade dos agentes estatais, haja vista que “[...] os Estados neoliberais continuam fortes. Se eles se liberaram de certos campos de atuação, foi em benefício de outros.” (BRUNHOFF *et al.*, 2010, p. 24). Nesse mesmo sentido, de acordo com Duménil e Lévy (2010), apesar de o Estado neoliberal estar desprovido de determinadas funções típicas do chamado compromisso keynesiano, a ação estatal está mais forte do que nunca e “[...] não há contradição entre a nova hegemonia da finança e os Estados. Muito pelo contrário, esses são seus agentes.” (DUMÉNIL, G; LÉVY, D., 2010, p. 231).

Para Felipe Demier (2017), a radicalidade dos ajustes neoliberais e do ataque aos direitos se expressa na blindagem da democracia, que se manifesta por um arcabouço democrático profundamente restrito. O referido autor postula que a configuração das democracias blindadas se relaciona com as tentativas do capital de reverter a queda tendencial das taxas de lucro e de resgatar sua valorização no contexto da crise estrutural. Nos marcos desse processo, o caráter democrático do sistema político foi profundamente limitado, de modo que as demandas populares passaram a ser contidas, restringindo os espaços dos pactos que permitiram a construção dos direitos sociais e abrindo espaço para as contrarreformas, configurando, assim, as democracias blindadas (DEMIER, 2017).

No Brasil, a construção desse regime se iniciou na “transição democrática”, durante a década de 1980, passando por todos os governos seguintes, e teve como ponto seminal a emergência de um novo tipo de regime democrático-liberal<sup>91</sup>, no interior do qual se passa o golpe contra o governo de Dilma Rousseff, em 2016 (DEMIER, 2017).

Em consonância com as reflexões de Demier (2017), é possível assinalar que a intensificação da onda conservadora e a ascensão da extrema-direita, com destaque para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República, expressa o esgotamento da capacidade da política tradicional levar a cabo as contrarreformas. Nesse contexto, as dimensões do regime democrático-blindado se aprofundam e adquirem caráter cada vez mais reacionário.

De acordo com Araújo (2024), a quadra contemporânea do capitalismo é marcada pelo colapso sem fim e pela perda definitiva do caráter civilizatório da sociedade do capital, na qual o Estado exerce função central na gestão da barbárie. Nesse processo, a barbarização e a brutalização da vida atinge amplas dimensões, de modo a impulsionar, inclusive, o desenvolvimento de formas políticas e ideológicas reacionárias.

Em verdade, o colapso do capital é o produtor do pauperismo e da barbárie e, permanentemente, reconstitui as condições para a manutenção de sua existência, sem provocar o colapso e desaparecimento, de fato, da sociedade do capital em um lapso temporal que tenha qualquer semelhança com o tempo de vida de um ser orgânico, para permanecermos na analogia inicial. O colapso da sociedade do capital é o processo que desencadeia a brutalização da vida, suspende o estado de direito, reduz à condição animalizada as singularidades humanas excluídas dos laços sociais mediados pelo valor e franqueia o desenvolvimento das formas político-ideológicas mais reacionárias. Em outras palavras, o colapso social é o contexto em que viceja a barbárie

cujos produtos, inelimináveis e incontornáveis, são o estado de sítio e o necropoder. (ARAÚJO, 2024, p. 159).

Sob essa conjuntura de crise do capital, retrocesso civilizacional e barbárie, nas últimas décadas, a produção do conhecimento na grande área das ciências sociais está cada vez mais permeada por um expressivo e intenso processo de especialização, no qual as áreas do conhecimento são compartimentalizadas em grandes proporções. Trata-se de um movimento que transforma economia, sociologia, história e filosofia em disciplinas segregadas que são, inclusive, subdivididas dentro de seus próprios espaços de atuação. Rubem Alves (2000, p. 12) argumenta que “a tendência da especialização é conhecer cada vez mais de cada vez menos.” O efeito imediato disso é a redução da capacidade do pesquisador social de observar os fenômenos em sua totalidade. Na perspectiva de Atílio Borón (2001), esse processo está relacionado a uma visão positivista empírica, que termina por constituir uma fragmentação arbitrária do objeto de estudo, que, neste caso, é a sociedade.

Nesse âmbito de análise, sob os auspícios do neoliberalismo, ocorreu a ascensão do pensamento pós-moderno, o qual preconiza uma visão fragmentada da vida social, baseada em manifestações fenomênicas que promovem uma compreensão superficial dos fenômenos e contribuem para a reprodução da decadente ordem social burguesa. Borón (2001) assinala que o pensamento pós-moderno tem caráter conservador, apresenta premissas como o desprezo pelo universalismo e à noção de *verdade*, configurando um ambiente de descrença nas teorias como instrumentos de análise científica da sociedade e de transformação da sociedade.

Para Milton Santos (2021, p. 22), a perversa ordem contemporânea de mundialização, na qual as condições de realização da vida social são permeadas por múltiplas formas de opressão, tem como um de seus eixos o processo que o autor intitula “perversão da ciência”. Segundo o autor, trata-se da subsunção das ciências sociais à produção capitalista, a partir de um caráter monodisciplinar e fragmentado, que acarreta a incapacidade de o conhecimento científico fomentar uma visão mundial e crítica. Assim, “os excessos de especialização e a perda de ambição da universalidade são dois aspectos de uma mesma questão e permitem a *utilização perversa das ciências sociais.*” (SANTOS, 2021, p. 24, grifos nossos).

Em linhas gerais, a perversão das ciências sociais e o caráter reducionista do pensamento pós-moderno podem ser entendidos como uma das múltiplas dimensões da

quadra contemporânea de barbárie e crise do capital. Ao fim e ao cabo, esses processos representam o acionamento da ciência pela burguesia, que usa a produção científica, particularmente no campo social, para difundir sua concepção de mundo, interessada na manutenção da ordem social imposta e dominada por ela. Por esse motivo, diante do diagnóstico da crise nas ciências sociais, Borón (2001) defende a recuperação intelectual do pensamento marxiano.

### **Determinações constitutivas da tradição teórico-metodológica marxiana e sua relevância na conjuntura contemporânea**

Diante das considerações acerca da crise do capital, bem como da tendência de subordinação das ciências sociais à ordem do capital na presente quadra do capitalismo, cabe tecer considerações acerca da tradição teórico-metodológica de Karl Marx e de sua relevância na contemporaneidade, por intermédio de três determinações constitutivas fundamentais: a possibilidade de conhecer a realidade; a totalidade do ser social; e a perspectiva de classe.

Em primeiro lugar, a tradição marxiana admite que é possível conhecer integralmente a realidade social, o que não é admitido, por exemplo, por outras correntes do pensamento, tal como o próprio pensamento pós-moderno.

Conforme assinalado por Tonet (2018), o conhecimento científico tem como função social a captura da realidade tal como ela é e, no âmbito da concepção marxiana, esse processo se materializa na busca da essência do objeto investigado. Assim sendo, “para Marx, o conhecimento só é possível porque a realidade não é apenas aparência, pois é a essência que confere unidade e permanência — mesmo que relativas — à enorme diversidade e heterogeneidade e ao constante fluir dos dados imediatos.” (TONET, 2018, p. 106).

Nessa esfera argumentativa, Netto (2011, p. 21) esclarece que a produção teórica, na acepção marxiana, se constitui na “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa.” Quando se tem como objeto a sociedade burguesa e as relações sociais nela existentes, a busca pelo conhecimento científico deve estar direcionada à superação da aparência fenomênica e ao desvelamento da *essência* do objeto investigado, de modo a descortinar sua estrutura e dinâmica de funcionamento.

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não

expressa um juízo de valor ou uma preferência pessoais do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa – sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidade no plano ideal a partir desse fundamento.” (NETTO, 2011, p. 40).

Nessas circunstâncias, a perspectiva marxiana, nos marcos da sociedade burguesa, concebe a realidade como passível de ser conhecida e, ao mesmo tempo, de ser *transformada*. Dessa forma, “conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade.” (TONET, 2018, p. 103).

Por ser uma corrente a serviço da ordem burguesa, o chamado pensamento pós-moderno nega tanto as noções de essência quanto de possibilidade de intervenção na realidade. “Não é por acaso que a chamada pós-modernidade, ao rejeitar inteiramente a noção de essência, também elimine a possibilidade de existência de um conhecimento universalmente verdadeiro.” (TONET, 2018, p. 106).

Lukács (1978) assinala que as categorias ontológicas do ser social, sob a perspectiva marxiana, se constituem em *formas de ser e determinações da existência*, as quais compõem a complexidade e a dinamicidade da realidade social:

Onde a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do *realmente existente*, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são na realidade formas de ser, determinações da existência, *elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos*, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo. (LUKÁCS, 1978, p. 28; grifos nossos).

Na mesma linha de abordagem, Netto (2011) explica que as categorias, ao constituírem objetivamente a ordem do ser, são *históricas e transitórias*, pertencentes à realidade social e típicas de cada sociabilidade. Assim, as categorias constitutivas da ordem burguesa, tal como o trabalho assalariado, somente possuem plena validade no seu próprio marco, à medida que, ao pertencerem à ordem do ser, são categorias *ontológicas* e, ao serem reproduzidas pelo pesquisador, são categorias *reflexivas*. (NETTO, 2011).

Estabelecidos esses aspectos, a categoria da *totalidade do ser social* mostra-se elementar para a compreensão da realidade social a partir dos postulados teórico-

metodológicos marxianos. Na abordagem feita por Lukács (1978) sobre a obra de Marx, o autor identifica que a totalidade do ser social se constitui em dimensão elementar para que se possa desvelar a dinamicidade e a complexidade da sociedade burguesa. Assim, a totalidade se manifesta em uma unidade composta por múltiplos processos, que, por sua vez, estão articulados e relacionam-se entre si. Enfim, a adoção dessa categoria de análise permite compreender o ser social como uma unidade de múltiplas determinações, articuladas umas com as outras.

Cabe destacar que a totalidade não representa *tudo*, de forma genérica e caótica, mas sim, um conjunto configurado por partes que se determinam de forma recíproca. Ou seja,

totalidade não é sinônimo de tudo, mas significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação. Sua importância metodológica está fundada exatamente no fato de ser uma categoria que caracteriza a realidade em si mesma. (TONET, 2018, p. 116).

Dessa maneira, na perspectiva marxiana, o acionamento da categoria da totalidade manifesta uma visão ontológica do mundo, que compreende a realidade social como um conjunto de elementos articulados que estão em permanente movimento e determinam-se reciprocamente. A categoria da totalidade é inseparável das concepções de aparência e essência, de maneira que a primeira se refere à forma pelas quais os fenômenos se manifestam e a segunda diz respeito a algo profundo que não se expressa à primeira vista. (TONET, 2018; NETTO, 2011; LUKÁCS, 1978).

Conforme pode ser observado, a categoria da totalidade mostra-se de extrema relevância, pois concebe o mundo como uma unidade composta por uma série de elementos que se relacionam entre si, estando em constante movimento ao longo do tempo, de modo a formar novas e distintas determinações. Além disso, ao considerar as perspectivas de aparência e essência, esta visão mostra-se mais completa e abrangente, pois não fica restrita às expressões visíveis dos fenômenos, mas busca descortinar seus nexos internos. Resta evidente que trata-se de uma perspectiva que se coloca no polo oposto à unilateralidade, à fragmentação e ao reducionismo promovido pela concepção pós-moderna nos marcos daquilo que Santos (2021) intitula “perversão da ciência”.

Uma terceira determinação constitutiva fundamental da concepção marxiana diz respeito à sua *perspectiva de classe*, isto é, colocar-se de forma explícita a serviço da classe trabalhadora.

Marx (1983) demonstra que, na sociabilidade capitalista, a acumulação do capital está assentada na extração de *mais-valia*, esta, por sua vez, tem como pressuposto básico a *produção capitalista*, a qual somente pode ser concretizada a partir da existência de duas espécies antagônicas de detentores de mercadorias: aqueles que possuem dinheiro, meios de produção e subsistência, que, para valorizarem sua soma-valor, compram trabalho alheio; e os trabalhadores livres, desprovidos de meios de produção e vendedores da própria força de trabalho. Dessa feita, o sistema do capital consolida-se a partir da subordinação da classe trabalhadora à capital capitalista.

No âmbito da sociedade burguesa, as correntes de pensamento favoráveis à manutenção da ordem capitalista, tal como o positivismo, tendem a propagar uma suposta neutralidade como essencial para o conhecimento científico da realidade. De acordo com Lowy (2015, p. 58), a visão positivista tem como um de seus postulados a possibilidade de uma ciência social desligada de vínculos com as classes sociais, no entanto, para o autor, “esse modelo de objetividade científica inspirado nas ciências naturais, que supõe a possibilidade de neutralização ideológica [...] essa pretensão de neutralidade, em certa medida, é uma ‘mentira’, uma ocultação deliberada[...].”

Nos termos expostos por Tonet (2018), em uma sociedade alicerçada no antagonismo entre classes sociais, a rejeição do ponto de vista de classe contribui para a promoção da visão de mundo da classe dominante:

Independente de [a perspectiva de classe] ser admitida conscientemente, e mesmo quando explicitamente rejeitada, ela sempre intervém no conhecimento, pois não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais. A própria rejeição da interferência do ponto de vista de classe já é uma tomada de posição a partir de um determinado ponto de vista, não por acaso, o da classe burguesa. (TONET, 2018, p. 109).

Lowy (2015) expõe que, sob a visão de mundo marxiana, é possível produzir conhecimento científico por intermédio de uma relação dialética entre ciência e representação de classe. Nesse âmbito, quanto maior o caráter progressista de uma classe, mais científico tende a ser o conhecimento por ela produzido. Assim, “[Marx] vê como ciência revolucionária aquela que exprime, que manifesta no terreno do conhecimento, o

ponto de vista de uma nova classe, que inicia sua luta, o proletariado.” (LOWY, 2015, p. 129).

De acordo com Netto (2011), um dos pilares da teoria social crítica marxiana diz respeito à dialética materialista, a qual concebe a sociedade burguesa como algo em constante, permanente e contraditório movimento e, portanto, sustenta a possibilidade de *transformar* a ordem estabelecida. Ao colocar-se a serviço da classe trabalhadora, a perspectiva teórico-metodológica marxiana se coloca em direto e inevitável confronto com a exploração do trabalho pelo capital e, por isso mesmo, se opõe radicalmente ao modo de produção capitalista e oferece a possibilidade de superá-lo. Assim, a dialética,

Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua *desaparição inevitável*; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado *transitório*; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, *crítica e revolucionária*. (MARX, 1983, p. 21, grifos nossos).

Nessa perspectiva, depreende-se que a concepção teórico-metodológica marxiana está assentada em uma visão de mundo que concebe a realidade social — no modo de produção capitalista — como complexa, dinâmica e passível de ser conhecida, configurada por um todo permeado por múltiplas determinações que se relacionam de forma recíproca, de modo a produzir um conhecimento científico que descortina a essência do real a serviço da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

Diante da exposição realizada, cabe ponderar que, em tempos de crise do capital, de barbarização das condições de vida e trabalho no Brasil e no mundo e de subsunção da produção científica no campo das ciências sociais a postulados pós-modernos e reducionistas, a concepção teórico-metodológica marxiana se faz cada vez mais necessária tanto para desvendar a realidade quanto para nela intervir.

Em última instância, a imprescindibilidade da perspectiva marxiana consiste, por um lado, no seu aspecto teórico-científico, e, por outro, na sua dimensão prática, como

potencializadora de um conhecimento que coloca a ciência a serviço de uma classe social. Não se trata de um processo fácil, pois, como aponta Marx no prefácio à edição francesa *D'Capital*: “não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas esarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.” (MARX, 1983, p. 23).

## Referências

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e as suas regras. 12ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 9-37.

ARAUJO, P. Henrique Furtado. Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim de seu processo civilizatório. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 68. jan./2024-abr/2024.

BEHRING, Elaine. Acumulação capitalista, fundo público e política social. *In*: BOSCHETTI, Ivanete, et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez. 2008.

BORÓN, Atílio. Uma teoria social para o século XX? *In*: **A coruja da Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 358-385.

BRUNHOFF, Suzanne de. *et al.* Introdução. *In*: BRUNHOFF, Suzanne; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. (orgs.). **A finança capitalista**. Trad. Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010. p. 21-29.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DUMÉNIL; Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. *In*: **A finança capitalista**. *In*: BRUNHOFF, Suzanne de *et al.* Trad. Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010. p. 183-246.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, Gyogy. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1978.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

MÉSZÁROS, I. La crisis estructural de la política. *In*: BORGIANNI, Elizabete; MONTANO, Carlod. (orgs.). **Conyuntura actual, latino americana y mundial**: tendencia y movimientos. São Paulo: Cortez, 2009. p. 38-60.

MONTORO, Xabier. **Capitalismo y economía mundial**. 2. ed. Instituto Marxista de Economía. 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernando Prado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Em colaboração com Denise Elias. 6. Ed. 3. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. (Coleção Milton Santos).

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.